



AZULEJOS DE FACHADA, EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Margareth Gomes de Figueiredo; Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro; Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro; margothgf@hotmail.com
Humberto Varum; Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro; Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro; hvarum@ua.pt
Aníbal Costa; Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro; Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro; agc@ua.pt

RESUMO

São Luís, capital do Estado do Maranhão, localizada na região nordeste do Brasil tornou-se conhecida como “Cidade dos Azulejos” pelo expressivo número de edificações dos séculos XVIII e XIX com fachadas e interiores revestidos em azulejos antigos, a maioria portugueses.

O conjunto arquitetônico do centro histórico é um legado do período áureo da economia do Maranhão, que na metade do século XVIII, e durante o século XIX passou por uma boa fase de enriquecimento econômico baseado na agro-exportação do arroz e algodão. Em dezembro de 1997 o patrimônio edificado em São Luís foi inscrito na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.

Em 2004 a Sociedade de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, juntamente com a Oficina de Azulejaria do Estado realizou, com o patrocínio da Companhia do Vale do Rio Doce, o inventário de todo o acervo azulejar existente na arquitetura civil do centro histórico de São Luís. Na ocasião constatou-se que o patrimônio azulejar encontrava-se em estado precário de conservação, tendo mesmo sido subtraído ao longo do tempo, devido a fatores que vão do abandono à falta de uma política de preservação.

Neste estudo investiga-se os azulejos de fachada da arquitetura civil do século XIX, em São Luís, analisando os padrões, o estado de conservação e as patologias que afetam a sua conservação. Esse trabalho não almeja esgotar o complexo tema da conservação de azulejos de fachada, mas pretende ser uma parcela de contributo para futuros programas de recuperação e preservação do valioso acervo azulejar maranhense.

PALAVRAS-CHAVE: Azulejos de fachada, preservação, conservação, patologia.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

São Luís reúne no seu antigo centro, um conjunto arquitetônico e urbanístico dos séculos XVIII, XIX e XX, com cerca de 5600 imóveis tombados (classificados) pelo governo estadual e federal, distribuídos na extensa área que forma o centro histórico. São edificações de épocas e estilos variados (tradicional português, neoclássico, eclético, neocolonial, art déco e moderno), sendo a maioria de arquitetura civil.

A tipologia arquitetônica predominante na paisagem urbana é composta por seus sobrados (prédios com mais de um pavimento), solares, moradas-inteiras, moradas-e-meia, $\frac{3}{4}$ de moradas, meias-moradas e portas-e-janelas. O casario apresenta um número considerável de edificações com fachadas revestidas, no século XIX, com azulejos procedentes principalmente de Portugal (Fig. 1).



Fig. 1 - Estilo e tipologia dos imóveis com fachada revestida com azulejos antigos - (a) Porta-e-janela; (b) Meia-morada; (c) $\frac{3}{4}$ de Morada; (d) Morada-inteira; (e) Solar; (f) Sobrado; (g) Percentual dos estilos arquitetônicos dos imóveis azulejados no centro histórico de São Luís; (h) Delimitação dos tombamentos federal, estadual e inscrição na Lista de Patrimônio Mundial.

Fontes: (a) a (g) Arquivo do Inventário dos Azulejos de São Luís da Oficina de Azulejaria do Estado do Maranhão (2004); (h) [1].

Os exemplares arquitetônicos mais antigos são remanescentes dos séculos XVIII e XIX, pois nos primeiros anos da colonização portuguesa, e até meados do século XVIII, a economia do Maranhão se reduzia à produção de subsistência. O historiador maranhense Mário Meireles relata que a situação de miséria de São Luís em 1683 era de uma cidade “acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, recobertas de palha, com urupemas nas janelas” [2].

A economia do Estado desenvolveu-se a partir de 1755 com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, “empreendimento estruturado pelo Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1750-1777), que estimulou, por meio de financiamento, a aquisição de ferramentas e mão-de-obra escrava, colocando o Maranhão no circuito de produção e exportação de produtos agrícolas, principalmente do algodão” [3]. Marques (1970) comenta que a criação da Companhia “alterou profundamente a vida do Estado, abrindo a sua lavoura e seu comércio um período de franco progresso que se traduziu no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade” [4].

A promissora economia do Maranhão, com base essencialmente na mão-de-obra escrava para a produção das lavouras, entra em declínio no final do século XIX, logo após a abolição da



escravatura em 1888, agravando-se também com as consequências da queda de preço do algodão no mercado internacional. As tentativas, nem sempre bem sucedidas, de substituição da atividade agrícola pela implantação de indústrias têxteis, culmina com a estagnação do Maranhão no final do século XIX e, inevitavelmente, com fortes reflexos no desenvolvimento urbano de São Luís.

2. AZULEJOS DE FACHADAS

A primeira informação sobre os azulejos de São Luís, segundo a professora Dora Alcântara, aparece na “notícia sobre uma importação no século XVIII, que nos fornece o trabalho, recentemente publicado, de Domingos Vieira Filho, *Azulejaria no Maranhão*” [5]. Nesse trabalho o historiador Domingos Vieira Filho comenta que em 1778 chegaram a São Luís 107.402 azulejos. Os referidos azulejos provavelmente devem ter sido aplicados como silhar no interior de igrejas ou residências, pois o gosto por azulejar as fachadas das moradas térreas e sobrados maranhenses só começa a partir da década de 1840 [5].

Em meados do século XIX, surge no Brasil, como Dora Alcântara relata em seu trabalho *Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão*, uma “nova forma de utilização do azulejo, que o fez sair do interior de igrejas, conventos, residências apalacetadas ou edifícios de uso oficial, para o exterior” das fachadas [5]. O revestimento externo com azulejo se generaliza nas cidades litorâneas de norte a sul, destacando-se Belém, São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outras cidades com menos frequência na prática de azulejar fachadas.

O historiador de português Santos Simões, especialista na arte azulejar, comenta, no a artigo *Azulejaria no Brasil*, apresentado em 1959 no *Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, realizado na Bahia, “que é precisamente no Brasil, e ainda no século XVIII que o azulejo sai dos interiores e vai revestir fachadas! Solução engenhosa e utilitária ela não havia ocorrido na Metrópole onde apenas o azulejo é aplicado em vêrgas de portas ou janelas exteriores”. No mesmo texto, em seguida, o autor questiona:

Quando, na verdade começa o azulejo a ser aplicado para revestir fachadas exteriores? Eis um problema que, quanto a mim tem que ser resolvido no Brasil! Sabemos por documentação que, por exemplo, em São Francisco da Paraíba o revestimento para fachada é ainda no século XVIII e, semelhantes a êsses azulejos encontrei não poucos noutros templos ou apenas nas coberturas de torres” [10].

Santos Simões, complementando a hipótese que levanta sobre quem utilizou primeiro azulejo no revestimento total de fachadas conclui que:

foi precisamente a solicitação do mercado brasileiro do meado do século XIX, tão intimamente ligado à classe mercantil do Norte de Portugal, que veio determinar o renascimento da velha arte do azulejo português! Foi do Brasil – continuação de Portugal – que veio para a velha metrópole a nova “moda” do azulejo de fachada, trazida pelos “brasileiros” de camiliana memória, que encheram o norte do país de chalés e vivendas, com um ar exótico e equatorial, ou empregavam seus cabedais na construção de imóveis imponentes a dar ao Pôrto, principalmente, essa continuação de “ar de família” que notamos tão exuberante desde o Pará ao Rio de Janeiro! [10].

No século XIX, período áureo da economia maranhense, houve uma ampla aceitação do azulejo como material de revestimento de fachadas, principalmente nos imóveis que pertenciam aos senhores de engenhos e comerciantes portugueses, enriquecidos com a produção e exportação do algodão e arroz. Essa aceitação é atribuída à melhoria estética que o azulejo






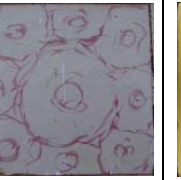







incorpora às fachadas, ao mesmo tempo em que as protege das chuvas de inverno que ocorrem durante seis meses na região [6].

No século XIX um expressivo número de azulejos de tapetes com diversos padrões, manufaturados na técnica de estampilha, são importados de Portugal para utilização nos revestimentos das fachadas do casario de São Luís. No intervalo compreendido entre 1843 a 1879 registra-se a chegada ao porto de São Luís de vários navios com carregamento de azulejos, sendo 90% provenientes de Lisboa, e o restante da cidade do Porto [5]. São Luís recebeu também, mas em quantidade bem menor, azulejos procedentes da França, Bélgica e Alemanha.

A aplicação do revestimento de azulejos nas fachadas é feita de forma total, parcial ou em adornos isolados. Normalmente, o azulejamento surge na fachada principal (incluído-se a frente dos mirantes), mas alguns imóveis de esquina também possuem a fachada lateral com revestimento total ou parcial em azulejo.

Os azulejos de revestimento das fachadas são do tipo tapete ou liso, confeccionados nas técnicas de estampilha, decalque, relevo e marmoreado. A maioria dos padrões define a composição com a repetição (com rotação) de quatro peças, mas há padrões em que a composição se define em uma única peça. Os acabamentos de contornos de vãos e modenatura (molduras) de construção são guarnecidos por cercaduras ou frisos (Tabela 1).

Tabela 1 - Padrões dos azulejos de fachada. Fonte: [9]

COMPOSIÇÃO	TÉCNICA				
	Estampilha	Decalque	Relevo	Marmoreado	Liso
Padrão com uma peça					
Padrão com repetição alternada de quatro peças				-	-
Cercadura			-	-	-
Peça de canto da cercadura		-	-	-	-



Friso					
Peça de canto do friso		-		-	-

A maioria dos azulejos que chegaram ao Maranhão apresenta formato de 13,5 cm x 13,5 cm. As guarnições possuem dimensões em torno de 6,75 cm x 13,5cm (frisos), com peça de canto na dimensão 6,75 cm x 6,75 cm e cercaduras com 13,5 cm x 13,5 cm. Quando não existia peça de canto própria para determinada guarnição era comum fazer-se um corte a meia esquadria (45º) para adaptar a combinação ortogonal do friso.

Alguns azulejos pela sua estrutura de desenho geométrico permitem variações de composição do tapete. Em São Luís, a configuração ou posicionamento das peças “de azulejos nas fachadas adquiriu características peculiares pelas diversas formas de aplicação de uma unidade padrão, aparecendo, assim, diferentes composições de tapetes de um mesmo azulejo” [7], (Fig. 2 – pág. 6).

3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Os primeiros registros sobre o acervo azulejar de São Luís foram feitos em 1959 pela professora Dora Alcântara, que na ocasião catalogou 270 imóveis com fachadas revestidas em azulejos antigos. Dez anos depois constatou que 20 dos imóveis cadastrados haviam sido demolidos (Tabela 2). Além daqueles que tiveram os azulejos antigos substituídos por novos, muitas vezes imitando o próprio padrão antigo.






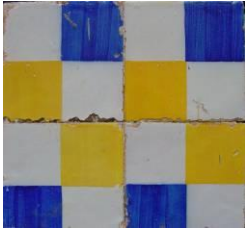


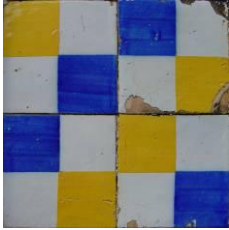






A substituição de azulejos antigos por novos, assim como o crescente número de revestimento de imóveis que antes não tinham azulejos, foi motivada, em 1968, por uma legislação municipal que isentava o imposto predial para imóveis com fachadas azulejadas. A intenção da Prefeitura “...não resultou muito favorável aos antigos revestimentos: em várias fachadas, os padrões do século XIX foram substituídos por outros recentes” [5]. A legislação patrimonial em vigor não permite mais esse tipo de intervenção, pelo contrário, procura motivar os proprietários a retirar das fachadas os azulejos (recentes) industriais, na perspectiva de valorizar os imóveis com azulejos tradicionais.

Em 1972 o arquiteto Olavo Pereira registrou 221 prédios com azulejos, em 1986, quando foi atualizar cadastro para a publicação do seu livro *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão*, já existiam só 177 imóveis azulejados [6]. Em 2004 o inventário do acervo azulejar existente na arquitetura civil do centro histórico de São Luís, realizado pela Sociedade de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, cadastrou 180 imóveis com revestimento total e 33 parcial.

Tabela 2 - Imóveis com fachadas azulejadas em São Luís (1959-2004)

IMÓVEIS COM FACHADAS AZULEJADAS (1959-2004)		
ANO	QUANTIDADE	FONTE
1959	270	[5]
1968	250	[5]

1972	221	[6]
1986	177	[6]
2004	180 (total) + 33 (parcial)	[9]

PADRÃO 			
			
			
Rua dos Afogados, 680	Rua do Giz, 426 B	Rua Isaac Martins, 117	Rua da Inveja, 72
PADRÃO 			
			
Rua do Sol, 585		Rua da Palma, 375	
PADRÃO 			

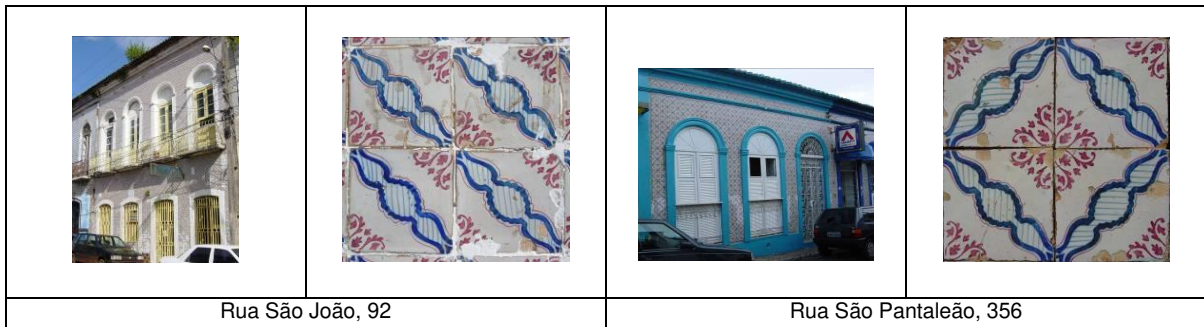


Fig. 2 Diferentes composições de tapetes e formas de aplicação de uma unidade padrão de azulejo. Fonte: [9].

Após a conclusão do “Inventário dos Azulejos de São Luís”, em 2004, poucas foram as ações dos órgãos de patrimônio no sentido de salvaguardar o acervo azulejar. Em 2008 a Prefeitura de São Luís, através da Fundação Municipal de Patrimônio – FUMP, anunciou a criação do “Centro Nacional de Referência Azulejar”, estabelecendo como meta inicial a reabilitação dos imóveis situados na Rua da Palma, 360 e na Rua Direita, 232, para abrigar o referido centro. Decorridos quatro anos a sede do centro azulejar encontra-se com 75% da obra concluída, porém sem previsão de data de conclusão.

4. PATOLOGIAS

A deterioração das construções antigas é geralmente causada pelo desgaste natural dos materiais ou pela ação provocada por fatores de ordem física, química, biológica e humana. Muitas patologias que surgem nas edificações do século XIX, com fachadas revestidas de azulejos antigos, tem origem no desgaste natural do material de confecção e assentamento, apresentando deteriorações como: gretagem, perda parcial do vitrado, fissuras, perda total ou parcial da chacota. Em São Luís essas anomalias decorrem de causas diversas, mas principalmente devido à umidade relativa do ar, que chega a atingir 88%, no período de chuvas, que ocorre durante seis meses no ano (janeiro a junho), propiciando o aparecimento de vegetação sobre telhas e beirais, que provocam, com suas raízes, a abertura de fendas, expondo todo o pano de alvenaria da fachada à desagregação do material de reboco. Isso acontece com frequência em São Luís porque no trecho do beiral, mais precisamente na curvatura do galbo, há retenção de águas pluviais que atraem pássaros, a maioria pardais, que não só bebem essa água, mas deixam sementes nos dejetos, que brotam e formam uma densa vegetação, danosa ao edifício [8], (Fig.3).

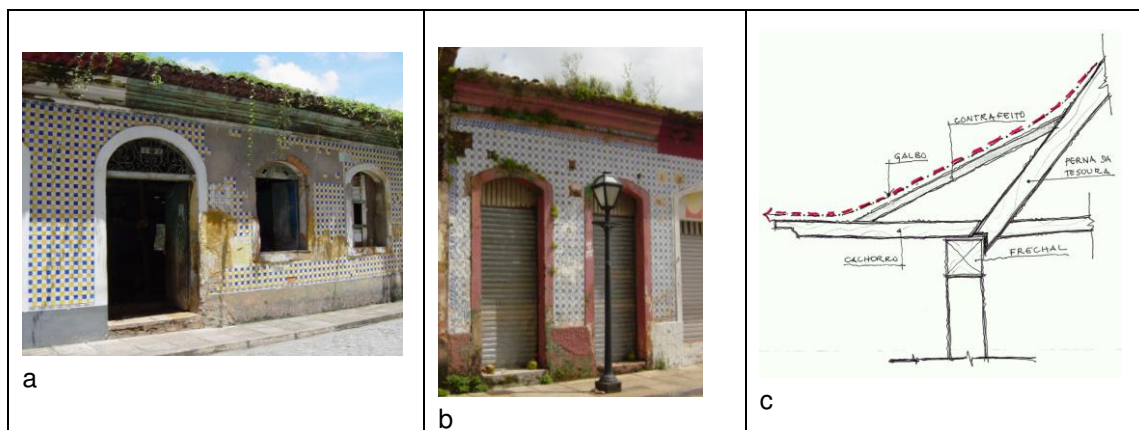




Fig. 3 – (a) e (b) Vegetação no beiral; (c) Curvatura do galbo.

Fonte: (a) e (b) Arquivo do Inventário de azulejos de São Luís; (c) Desenho Margareth Figueiredo.

O inventário dos azulejos realizado em 2004 (ver Fig.4) registrou que as intempéries, com percentual de 41%, representam a maior causa de deterioração do acervo azulejar, seguida da formação de microorganismos, com percentual de 32%. Além das causas impostas pela natureza, outro fator não menos preocupante é a ação de vandalismo, apresentando um percentual de 17%.

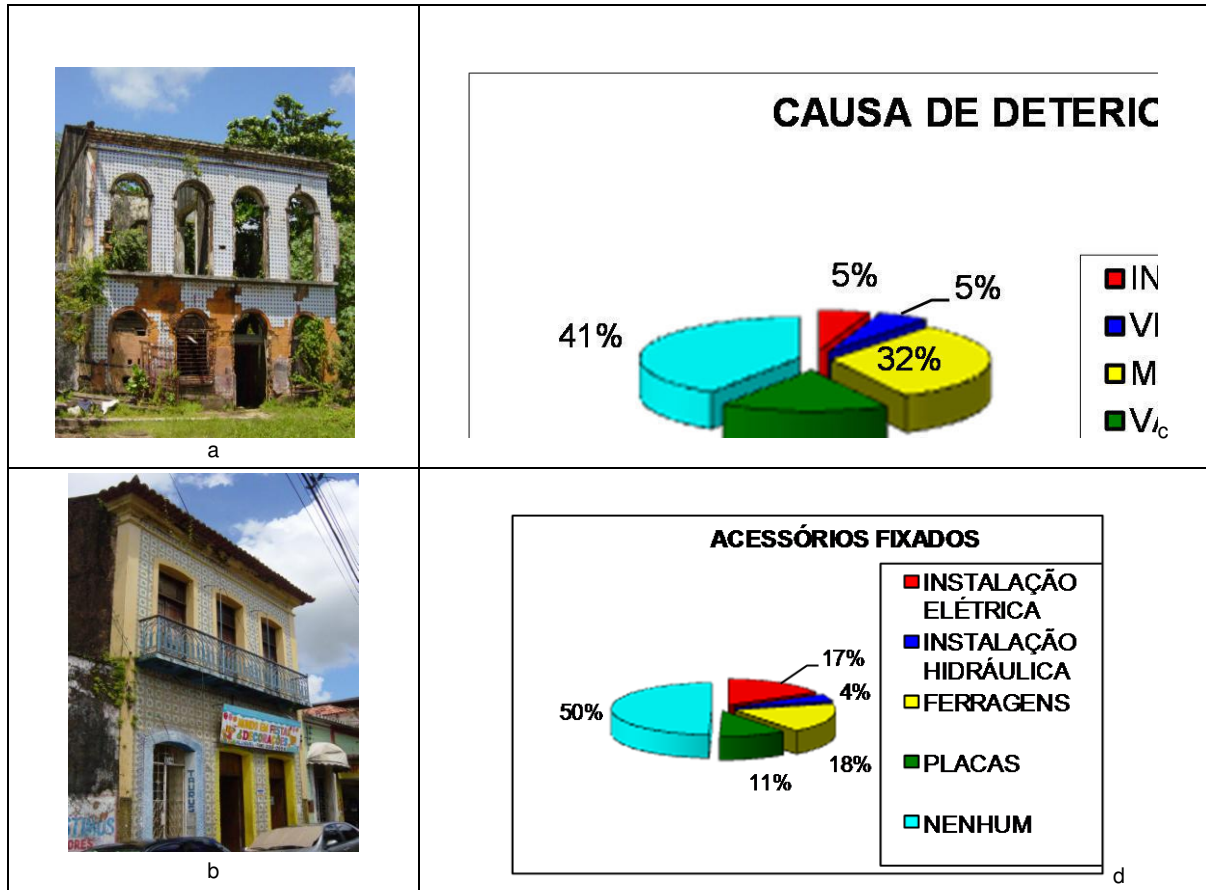


Fig. 4 - Patologias e causas de deterioração – (a) Intempéries, infiltração, vegetação; (b) Fixação de acessório (placa publicitária) sobre o azulejo; (c) Percentual das causas de deterioração; (d) Percentual de acessórios fixados nas fachadas azulejadas.

Fonte: [9].

A aplicação de acessórios (peças de instalações elétricas e hidráulicas, ferragens e placas publicitárias) diretamente fixados sobre a superfície vidrada do azulejo, danifica a peça com fissuras, além de abrir fendas, que expõem todo o tapete às anomalias provocadas pelas intempéries. O inventário de 2004 registrou que um percentual de 18% dessa intervenção danosa é atribuída a fixação de ferragens diversas, seguida do percentual de 17% de peças de instalações elétricas (Fig. 4d).

5. CONCLUSÃO

O escritor Josué Montello comenta que na década de 1930 o professor Antônio Lopes já alertava para a preservação dos azulejos antigos. Em um artigo publicado no *Diário do Norte*, Antônio Lopes vaticinou sobre o que temia acontecer ao acervo azulejar de São Luís: “É Preciso opor barreiras à destruição das casas de azulejos, tão preciosas. E não há sustentar que só as de



maior porte devem ser conservadas, porque a principal originalidade de São Luís, do ponto de vista da arquitetura civil, é esse grande número de casas de azulejos, número que impressiona muitíssimo. Não foi por outro motivo que um esclarecido viajante, a denominar a nossa capital de *vile aux petits palais de porcellaine* [sic], afirmou que, exceptuadas Ispahan e poucas outras cidades da Pérsia, nenhuma outra possuía tantas casas de azulejos” [5].

Desde os primeiros registros cadastrais feitos pela professora Dora Alcântara, até à presente data, verifica-se que o azulejo tradicional, símbolo da identidade cultural de São Luís, vem sendo subtraído ao longo dos anos. No intervalo de nove anos (de 1959 a 1968) foram demolidos vinte imóveis com fachadas azulejadas. O inventário realizado em 2004 registrou que daqueles duzentos e cinquenta imóveis cadastrados em 1968 só restavam cento e oitenta imóveis azulejados, o que representa uma perda de setenta imóveis, ou seja, de 1959 a 2004 a cidade de São Luís perdeu cerca de noventa imóveis azulejados.

Diante de um acervo em estado precário de conservação, e com tantas perdas, está na hora de efetivamente “...opor barreiras à destruição das casas de azulejos, tão preciosas...”, como há oitenta e dois anos, recomendava o professor Antônio Lopes.

Algumas ações desenvolvidas em São Luís, no sentido de salvaguardar o patrimônio azulejar, têm se mostrado insuficientes, por tratar a questão de maneira isolada e pontual. Um plano de salvaguarda do acervo precisa abordar o problema da conservação na sua origem, a partir da sua identificação, pesquisa e diagnóstico, para programar uma política cultural que contemple de uma forma abrangente todos os problemas técnicos e administrativos relativos à sua preservação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] ANDRÉS, Luiz Phelipe de C. Castro (coord.). Centro histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo, 1998.

[2] MEIRELES, Mário. História do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001.

[3] FIGUEIREDO, Margareth. Espelho do Tempo: conservação da autenticidade do espaço público dos conjuntos patrimoniais edificados: *O caso do centro histórico de São Luís* [CD-ROM]. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

[4] MARQUES, César. Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

[5] ALCÂNTARA, Dora. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1980.

[6] SILVA FILHO, Olavo Pereira. Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão. Belo Horizonte: Formato, 1998.

[7] FIGUEIREDO, Margareth (coord.). Catálogo dos Azulejos de São Luís. São Luís: Sociedade dos Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, 2004.

[8] FIGUEIREDO, Margareth; VARUM, Humberto; COSTA, Aníbal. *Patologias que afetam o sistema construtivo das edificações do século XIX em São Luís no Maranhão* [CD-ROM]. In: 7º Congresso Internacional sobre Patologias e Reabilitação de Estruturas – CINPAR. Fortaleza: Atas do Congresso, 2011.



[9] FIGUEIREDO, Margareth (coord.). Relatório do Inventário dos Azulejos de São Luís [CD-ROM]. São Luís: Sociedade dos Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, 2004.

10] SIMÕES S. J. M. *Azulejaria do Brasil*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº 14, Ano 1959. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1959, p. 9-18.